



## COMITÊ ORIENTADOR DO FUNDO AMAZÔNIA

Registro de Encaminhamentos e Temas – RET da 15ª Reunião

Sede do BNDES – Rio de Janeiro– RJ

04 de abril de 2014 – 9h30min às 13:00h

### PAUTA

- 9h30min** Abertura: Ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira
- 10h** Aprovação do Registro de Encaminhamentos e Temas (RET) da 14ª Reunião
- 10h15min** **Temas de Pauta 1:**
- Aprovação do Relatório Anual de Atividades do Fundo Amazônia 2013
- 10h30min** **Temas de Pauta 2:**
- Relato de atividades e carteira atual do Fundo Amazônia
- 11h00min** **Temas de Pauta 3:**
- Chamada pública para elaboração e implementação dos Planos de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas - PGTA's
- 11h40min** **Apresentação de Informes**
1. Relato sobre o Marco de Varsóvia pelo MRE
  2. Avaliação preliminar dos dados do desmatamento - PRODES 2013 pelo MMA
- 12h40min** Encaminhamentos
- 13h00min** Encerramento

## Abertura

Foi distribuída aos participantes uma pasta contendo o seguinte material de apoio:

- 1** Agenda da Reunião  
RET da 14ª Reunião
  
- Tema de Pauta 1**
- 2** Aprovação do Relatório Anual de Atividades do Fundo Amazônia 2013
  - Página de Instrução
  - Apresentação (PPT) Relatório Anual de Atividades do Fundo Amazônia 2013
  
- Tema de Pauta 2**
- 3** Relato de atividades e carteira atual do Fundo Amazônia
  - Página de Instrução
  - Apresentação (PPT) Relato de Atividades e Carteira Atual do Fundo Amazônia
  - Informe da Carteira de Projetos – posição 28 de fevereiro de 2014
  
- Tema de Pauta 3**
- 4** Chamada Pública para elaboração e implementação dos Planos de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas – PGTAs
  - Página de Instrução
  - Apresentação (PPT) Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas - PNGATI
  
- 5** Tabela de Recomendações  
Decreto nº 6.527/2008  
Lista de membros do COFA

## **Abertura dos trabalhos**

A reunião foi iniciada com as saudações e boas vindas aos presentes pelo Diretor do BNDES, Guilherme Lacerda, que em seguida passou a palavra à Ministra Izabella Teixeira (MMA).

Izabella Teixeira (MMA) mencionou os temas pautados para a reunião, aí incluídos a aprovação do relatório anual do Fundo Amazônia e uma apresentação da evolução de sua carteira de projetos, destacando a necessidade do COFA não só refletir sobre os projetos já aprovados como também o que se espera do Fundo Amazônia nos próximos anos.

Mencionou que as emissões de gases de efeito estufa (GEE) evitadas anualmente pela redução do desmatamento na Amazônia brasileira equivalem às emissões totais anuais do Reino Unido, o que demonstra a relevância do esforço brasileiro de redução do desmatamento para o enfrentamento do problema do aquecimento global.

Com relação ao tema da chamada pública de projetos para a elaboração e implantação de Planos de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PGTAs), destacou que se trata de um esforço conjunto para apoiar os povos indígenas na questão da gestão ambiental de suas terras e na implementação de modelos de geração de renda a partir do uso sustentável dos produtos da sociobiodiversidade. Ressaltou a presença e participação da representação indígena nesse processo, bem como a expectativa dessas populações com relação à aprovação e priorização dessa chamada pública de projetos, que visa a proteção desses povos e das suas riquezas naturais e culturais.

Isabella Teixeira (MMA) reconheceu publicamente o esforço desenvolvido pelos estados da Amazônia Legal no combate ao desmatamento na região, mencionando o acordo de cooperação firmado entre o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (Ibama) e as autoridades locais para aperfeiçoar a gestão florestal no bioma. Destacou, ainda, os esforços do governo brasileiro na ampliação da fiscalização e repressão aos crimes ambientais, sinalizando que o MMA está trabalhando esse ano com um cenário de acentuada redução do desmatamento.

Por fim, informou ao COFA que o MMA tem sido consultado sobre a possibilidade de o Fundo Amazônia vir a apoiar soluções para problemas ambientais no âmbito urbano, especialmente a restauração de áreas degradadas, de córregos e de outras áreas mais sensíveis de cidades na Amazônia. Nesse contexto mencionou o caso do município de Porto Velho, onde a expansão urbana tem provocado um expressivo desmatamento, haja vista o fato dessa capital ser um município com grande cobertura florestal. Nesse diapasão, recomendou que esse também fosse um tema a ser debatido no âmbito do COFA.

Guilherme Lacerda (BNDES) inicialmente registrou que o Fundo Amazônia é um fundo do governo brasileiro e da sociedade brasileira e que o BNDES, enquanto seu gestor, tem feito um esforço pronunciado de integrar suas ações com o MMA, com os governos estaduais e com as demais entidades que pleiteiam seus recursos.

Em seguida ressaltou a centralidade política que o Fundo Amazônia tem para o Brasil e o mundo em função da expressiva redução do desmatamento já alcançado,

mencionando nessa oportunidade as reuniões havidas com representantes da Noruega e da Alemanha sobre essa temática nos primeiros meses de 2014.

Mencionou que desde a última reunião do COFA, em 12 de dezembro de 2013, o Fundo Amazônia aprovou o apoio a mais nove projetos, dentre os quais destacou o apoio a projeto do IBAMA de estruturação física e operacional do Centro Nacional de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais (Prevfogo).

Enfatizou a importância de ser realizado um encontro com todos os estados da Amazônia Legal para fazer uma discussão sobre o conteúdo dos projetos de apoio à implementação do Cadastro Ambiental Rural (CAR), para assegurar que todos os projetos estejam integrados com a política nacional do CAR.

Informou ao COFA que três projetos implementados com recursos do Fundo Amazônia concluíram todas as etapas do ciclo de apoio, tendo sido disponibilizadas informações detalhadas sobre seus resultados e impactos na página do fundo na internet.

No âmbito internacional informou a participação da equipe do Fundo Amazônia em oficina organizada pelo governo da Indonésia sobre o acesso aos recursos do Fundo Verde para o Clima (GCF), como parte dos eventos preparatórios para a 6ª Reunião do Conselho do GCF realizada naquele país.

Informou, também, que o BNDES e o MMA estão elaborando uma estratégia para divulgar o Fundo Amazônia a outros países potenciais doadores que queiram participar dessa iniciativa, tendo qualificado o fundo como sendo um dos mecanismos mais avançados e que melhores resultados tem apresentado no combate ao desmatamento.

Finalizou informando que se encontra em discussão técnica um projeto de transferência de tecnologia em monitoramento de florestas do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) para 10 países da bacia do Congo, na África. Em princípio o Brasil doará a tecnologia, a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) será a implementadora e os recursos poderão vir do Fundo Amazônia. Esclareceu que esse projeto se insere numa estratégia maior do governo brasileiro de cooperação internacional sul – sul.

## **1. Discussão e aprovação do RET da 14ª Reunião do COFA**

Izabella Teixeira (MMA) perguntou aos membros do Comitê se haveria alguma proposta de ajuste ou de aprimoramento da redação do RET da 14ª Reunião do COFA. Todos estando de acordo, foi aprovado por unanimidade o RET da 14ª Reunião do COFA.

Em seguida diversos membros do COFA pediram a palavra para tecer comentários. Foi destacado que o Comitê deveria proporcionar espaços para diálogos que fomentem uma visão mais estratégica sobre a Amazônia. Com relação aos projetos apoiados pelo fundo foi manifestado que se faz necessária uma interlocução qualitativa que permita a avaliação de como se está avançando não só em relação ao desmatamento mas também no que tange novos modelos e opções de desenvolvimento com sustentabilidade.

Nesse contexto, foi recomendado que o COFA faça rodadas de reuniões ou de discussões técnicas sobre os resultados dos projetos apoiados em relação a alguns temas de natureza mais estratégica, como por exemplo o CAR, os projetos de apoio aos povos indígenas e o fomento às cadeias dos produtos da sociobiodiversidade. E ainda, que as reuniões do COFA tenham maior duração, para permitir que as discussões avancem.

Por fim, foi ponderado que deveria ser avaliada a inclusão das capitais dos estados da Amazônia Legal como possíveis beneficiárias diretas do Fundo Amazônia, já que várias delas concentram grande parte da população, fazendo-se necessárias ações nas capitais para a implementação da legislação ambiental, a redução do desmatamento e a recuperação dos cursos d'água urbanos.

## **2. Aprovação da Pauta**

A pauta da 15ª reunião foi aprovada sem alteração da ordem de deliberação dos itens de pauta.

## **3. Aprovação do Relatório Anual de Atividades do Fundo Amazônia de 2013**

Com base na minuta do Relatório Anual do Fundo Amazônia de 2013, conforme material previamente enviado a todos os integrantes do Comitê, foi aprovada a prestação de contas do Fundo Amazônia relativa ao ano de 2013. Foi estabelecido, ainda, prazo de 10 dias corridos para que eventuais observações fossem encaminhadas ao BNDES.

### **Decisões e encaminhamentos**

O COFA aprovou o Relatório Anual do Fundo Amazônia referente a 2013, tendo estabelecido prazo de 10 dias corridos para o encaminhamento ao BNDES por membros do Comitê de eventuais observações julgadas cabíveis.

## **4. Relato de atividades e carteira atual do Fundo Amazônia**

Gabriel Visconti (BNDES) relatou as atividades recentes do Fundo Amazônia e apresentou dados de sua carteira atual. Informou que a captação total do fundo monta a R\$ 1,7 bilhão. Na oportunidade mencionou recente visita de uma delegação do Governo da Indonésia recebida em março de 2014 no BNDES, que manifestou grande interesse em conhecer os mecanismos de governança, de operação e de transparência do Fundo.

Em relação à carteira de projetos, informou que foram aprovados nos primeiros meses de 2014 quatro novos projetos, no valor de 86 milhões de apoio financeiro, bem como o desembolso de R\$ 18 milhões nesse mesmo período. Informou, ainda, que a carteira consolidada é de 54 projetos aprovados no valor de R\$ 858 milhões de apoio do fundo, com uma distribuição, em número de projetos, bastante equânime entre terceiro setor e estados. Por fim, informou que os desembolsos acumulados são de R\$ 240 milhões.

Em seguida, apresentou, de forma sintética, os quatro novos projetos aprovados em 2014, a saber: “Gestão Ambiental Sustentável das Terras Indígenas do Estado do Amazonas”, de responsabilidade da Secretaria para os Povos Indígenas do estado do Amazonas, no valor de R\$ 16 milhões de apoio do fundo; “Desenvolvimento Socioeconômico Ambiental Integrado”, de responsabilidade da Secretaria de Desenvolvimento Ambiental do estado de Rondônia, no valor de R\$ 33 milhões; “Sentinelas da Floresta”, de responsabilidade da COOPAVAM – Cooperativa dos Agricultores do Vale do Amanhecer, no valor de R\$ 5 milhões e “CAR Bahia”, de responsabilidade do Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Estado da Bahia (INEMA), no valor de R\$ 32 milhões.

Finalizou sua apresentação abordando os principais desafios e perspectivas do fundo, tendo destacado os seguintes: a continuidade ao apoio à implementação do CAR; a promoção da chamada pública para a elaboração e implementação dos Planos de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PGTAs); a conclusão da análise e contratação dos projetos selecionados na chamada pública de projetos produtivos sustentáveis; o incremento do relato dos resultados alcançados pelos projetos; o apoio a novos projetos internacionais e a captação de novos recursos para assegurar a sustentabilidade do Fundo Amazônia.

## **5. Chamada pública para elaboração e implementação de Planos de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas - PGTA`s**

Jaime Siqueira (FUNAI) inicialmente lembrou que o COFA havia aprovado em sua reunião anterior a proposta de chamada pública para elaboração e implementação de Planos de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas - PGTA`s, estabelecendo que a FUNAI, o MMA e o BNDES deveriam incorporar à proposta as sugestões das partes interessadas. Em sua última reunião, o COFA também havia deliberado que a versão final da proposta de chamada pública deveria lhe ser apresentada em sua próxima reunião previamente à sua publicação.

Nesse contexto passou a informar como se deu o detalhamento da chamada pública desde então, tendo enfatizado a participação da COIAB nesse processo. Ressaltou a preocupação de todos os parceiros em promover uma ampliação na escala do apoio aos povos indígenas, bem como de implementar os PGTA's já elaborados.

Mencionou, em seguida, os sete eixos norteadores da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas – PNGATI, a saber: (i) proteção territorial e dos recursos naturais; (ii) governança e participação indígena; (iii) áreas protegidas, unidades de conservação e terras indígenas; (iv) prevenção e recuperação de danos ambientais; (v) uso sustentável de recursos naturais e iniciativas produtivas indígenas; (vi) propriedade intelectual e patrimônio genético e (vii) capacitação, formação, intercâmbio e educação ambiental.

Destacou que a chamada prevê que no mínimo 70% dos valores de cada projeto deverão ser aplicados para a implementação de PGTA's, representando resposta a uma reivindicação histórica das populações indígenas no sentido de haver recursos para apoiar a implementação de ações concretas em suas terras. As propostas selecionáveis deverão, portanto, viabilizar a implementação de PGTAs já existentes, podendo, também, prever o apoio à elaboração, atualização ou conclusão de PGTAs já iniciados.

Com relação à abrangência da chamada, informou que as terras indígenas contempláveis com projetos são aquelas enquadradas no art. 11, do Decreto 7.747/2012, que instituiu a PNGATI, localizadas no bioma Amazônia. E ainda, que serão priorizados projetos que (i) incluam terras indígenas localizadas em municípios alvo do Eixo Fomento do PPCDAm; (ii) projetos que incluam terras indígenas localizadas no entorno de grandes projetos de infraestrutura e (iii) projetos que beneficiem um maior número de terras indígenas.

Quanto à participação, esclareceu que poderão concorrer à chamada pública as seguintes pessoas jurídicas: organizações indigenistas, indígenas, ambientalistas e socioambientalistas, desde que legalmente constituídas há pelo menos 02 (dois) anos. Essas instituições deverão comprovadamente, possuir, no mínimo, mais de 50% (cinquenta por cento) de sua equipe base, do projeto apresentado, de profissionais com experiência em trabalho com povos indígenas do Brasil e só poderá haver a apresentação de um projeto por proponente.

Com relação ao conteúdo, informou que os projetos de implementação de PGTA's deverão obrigatoriamente incluir (i) o apoio ao desenvolvimento de atividades econômicas e produtivas baseadas no uso sustentável da floresta e biodiversidade; (ii) a gestão ambiental, por meio de recuperação de áreas desmatadas e/ou degradadas, por meio de reflorestamento com espécies nativas e sistemas agroflorestais, combate ao fogo e ao desmatamento, manejo de resíduos sólidos e educação ambiental e (iii) a proteção territorial, por meio do fortalecimento da governança e da participação indígena, prevenção e defesa ambiental, propriedade intelectual e patrimônio genético.

Os projetos devem conter, ainda, ações transversais de capacitação e a formação indígena e de fortalecimento de organizações indígenas locais e das entidades proponentes dos projetos, na perspectiva de garantir sustentabilidade desses projetos no médio e longo prazo.

Finalizou informando que o prazo de execução dos projetos será de até 42 meses, que o valor total da chamada será de até R\$ 70 milhões de reais, sendo que os valores unitários por projeto vão variar de R\$ 4 milhões a, no máximo, R\$ 12 milhões. Esclareceu que as entidades proponentes não poderão repassar recursos financeiros para organizações locais e que a comissão de avaliação e seleção dos projetos será composta por representantes do BNDES, FUNAI, MMA e COIAB.

Grayton Toledo (Amapá) argumentou que vários estados da Amazônia têm secretarias diretamente ligadas a povos indígenas, propondo que os estados da região também tenham representação na comissão de avaliação e seleção dos projetos da chamada pública. Essa proposição foi aprovada pelo COFA, cabendo à representação dos estados no COFA indicar um representante titular e um suplente para a referida comissão.

Lucio Flores (COIAB) inicialmente parabenizou todos os técnicos das diferentes entidades envolvidas, inclusive da COIAB, pelo trabalho que realizaram para tornar possível a realização da chamada pública. Destacou que a realização dessa chamada de projetos para atuar em terras indígenas em toda a Amazônia é um importante avanço, todavia, manifestou preocupação quanto à capacidade das organizações do terceiro setor de elaborarem e executarem projetos no valor conjunto de R\$ 70 milhões que estarão sendo disponibilizados.

Considerou, ainda, positivo o fato de que 70% dos valores de cada projeto deverão ser aplicados na execução dos planos de gestão, o que indica que serão implementadas ações concretas nas terras indígenas. Finalizou manifestando a expectativa de que os projetos apoiados contribuam para o fortalecimento das organizações indígenas, inclusive a COIAB, que participou ativamente na construção da PNGATI, na discussão da chamada pública e que irá acompanhar a sua implementação *in loco*.

Adriana Ramos (FBOMS) pontuou que o ideal teria sido a chamada pública apoiar preponderantemente as organizações indígenas, dando a estas a oportunidade de gerir os recursos elas mesmas, já que a gestão dos projetos e dos recursos financeiros é um passo importante no processo de seu fortalecimento institucional. Não obstante, enfatizou considerar a chamada pública um avanço, já que reafirma uma questão central que é a importância dos territórios para os povos indígenas, sendo o reconhecimento desses territórios um direito fundamental desses povos que está na base da sustentação dessas comunidades.

Por fim recomendou que seja realizado um amplo trabalho de divulgação da chamada pública, para que todas as questões a ela relacionadas fiquem claras e que não remanesçam problemas de entendimento por parte daqueles que participarão desse processo.

Izabella Teixeira (MMA) destacou que o presente modelo de chamada pública foi construído alinhado com as exigências impostas pelos atuais sistemas de controle da gestão financeira da administração pública. Saliu que esses controles acabam por dificultar o acesso aos recursos públicos por todas as entidades e projetos meritórios, privilegiando aqueles parceiros da sociedade civil que já contam com uma maior robustez no seu desenvolvimento institucional.

Destacou a relevância de se ampliar esse conjunto de entidades com capacidade de acessar os recursos públicos, estando, para tanto, previstas na chamada pública ações de fortalecimento das organizações indígenas locais. Nesse contexto, concluiu que o formato da chamada pública é uma alternativa possível que provavelmente será exitosa, podendo vir a se tornar o caminho a ser trilhado por outras iniciativas análogas.

Após essas manifestações o COFA autorizou a publicação da chamada pública para elaboração e implementação de Planos de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas – PGTA's.

#### **Decisões e encaminhamentos**

O COFA autorizou a publicação da chamada pública para elaboração e implementação de Planos de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas - PGTA's. Deliberou, outrossim, que caberá à representação dos estados no COFA indicar um representante para integrar a comissão de avaliação e seleção dos projetos da chamada pública.

#### **6. Relato sobre o Marco de Varsóvia pelo MRE**

Felipe Ferreira (MRE) inicialmente destacou que houve um grande avanço nas negociações internacionais sobre REDD<sup>+</sup> na última Conferência das Partes das



Nações Unidas sobre o Clima (COP 19), ocorrida em 2013 em Varsóvia, na Polônia. Informou que as expectativas são de que as poucas indefinições remanescentes serão resolvidas na COP 20, que ocorrerá em 2014 em Lima, no Peru.

Ressaltou que com a COP 19 foi superada a etapa de construção conceitual de REDD<sup>+</sup> no âmbito das negociações internacionais, iniciando-se agora a fase de sua implementação. Acrescentou que agora passa a existir no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (UNFCCC) um instrumento econômico para apoiar países em desenvolvimento a implementarem ações de adaptação e mitigação das mudanças climáticas no setor florestal.

Informou que a partir da COP 16 (Cancún) passou-se a ter uma meta coletiva de diminuir, parar ou reverter o desmatamento e a perda de cobertura florestal no contexto do REDD<sup>+</sup>, e que com a COP 19 (Varsóvia) passou-se a ter a meta coletiva de canalizar recursos em um montante adequado para que isso aconteça.

Destacou que um dos avanços alcançados foi a definição de um papel central para o Fundo Verde para o Clima (GCF), um fundo das Nações Unidas destinado a mobilizar recursos para apoiar as ações dos países em desenvolvimento para reduzir o desmatamento e atenuar o impacto do aquecimento global.

Em seguida passou a destacar alguns aspectos do que está sendo chamado de “Marco de Varsóvia para REDD<sup>+</sup>”. O primeiro é o pagamento por resultados a nível nacional e não por projetos. O segundo é que esse pagamento será posterior à comprovação dos resultados obtidos, sendo referenciado em redução de emissões, mensuradas em toneladas de CO<sup>2</sup> equivalente, que, conforme destacou, é o modelo já adotado pelo Fundo Amazônia para definir o limite de suas captações.

Informou, ainda, que para realizar suas captações os países em desenvolvimento deverão apresentar um nível de referência para REDD<sup>+</sup> em relação ao qual serão comparados os seus resultados, para fim de cálculo do seu limite de captação. Com relação à estrutura institucional, informou que não haverá um comitê executivo ou um órgão central como em outros mecanismos da Convenção (UNFCCC), devendo cada país estabelecer pontos focais ou entidades nacionais para REDD<sup>+</sup>.

Comentou, também, que o conjunto de sete decisões que constituem o “Marco de Varsóvia para REDD<sup>+</sup>” estabelece, ainda, critérios técnicos para monitorar, relatar e verificar os resultados dos países, bem como os requisitos a serem atendidos para que esses países em desenvolvimento recebam pagamentos pelos resultados alcançados.

Destacou que os resultados apresentados pelos países em desenvolvimento passarão por um processo de verificação por especialistas independentes no âmbito da Convenção, devendo ser publicados online para assegurar transparência a todo o processo. Com relação às captações, informou que estas poderão ser realizadas tanto bilateralmente como multilateralmente, sendo que se espera que grande parte das captações se dêem junto ao Fundo Verde para o Clima (GCF).

Finalizou mencionando haver expectativa de que o BNDES venha a ser uma das entidades implementadoras do Fundo Verde para o Clima (GCF), bem como ressaltou a situação privilegiada do Fundo Amazônia como candidato a receber recursos adicionais de REDD<sup>+</sup> no âmbito dessa nova arquitetura financeira.

## 7. Avaliação preliminar dos dados do desmatamento - PRODES 2013

Francisco Oliveira (MMA) inicialmente destacou a redução de praticamente 80% na área desmatada anualmente na Amazônia Legal brasileira ao longo do período de 2004 a 2013. Esclareceu que essa redução no ritmo do desmatamento correspondeu a uma redução de 57% para 22% na participação das emissões de gases de efeito estufa (GEE) oriundas do uso da terra e florestas quando considerada a contabilização setorial dos GEEs no Brasil.

Ao ilustrar a distribuição das emissões de GEE por setores, mostrou figura em que constam as emissões totais do Brasil em 2005, no montante de 2,0 bilhões de toneladas de CO<sup>2</sup> equivalente, e em 2010, no montante de 1,2 bilhão de toneladas de CO<sup>2</sup> eq, o que demonstra a drástica redução das emissões anuais de GEE pelo Brasil.

Ressaltou que os dados definitivos do desmatamento anual da Amazônia Legal relativos a 2013 deverão ser divulgados pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) ainda no mês de abril de 2014. Feita essa ressalva, passou a apresentar diversas informações e a analisar diversos dados sobre a dinâmica do desmatamento, tendo destacado que no período de 2004 a 2013 os estados do Pará e Mato Grosso foram os estados no bioma Amazônia que mais desmataram, apesar dessas taxas estarem diminuindo.

Informou que no período de 2012 a 2013 houve um aumento de 28% na taxa de desmatamento, sendo que por tipo de uso da terra o maior crescimento do desmatamento ocorreu em assentamentos da reforma agrária, com crescimento de 24% em relação à média de desmatamento verificada para esse tipo de uso da terra no período de 2004 a 2013.

Como notícia favorável destacou que as áreas privadas nos estados de Mato Grosso e Pará que já estão inseridas no cadastro ambiental rural (CAR) apresentaram 53% de diminuição na área desmatada em relação à média de 2004 a 2013.

Apresentou informações sobre a dinâmica do desmatamento em cada estado da Amazônia Legal, evidenciando que este se comporta de forma diversa nas diferentes unidades da federação. Exemplificou mostrando como no estado do Acre o desmatamento nos assentamentos representou mais da metade do desmatamento medido, enquanto que nos estados do Amapá e Tocantins representou pouco mais de 10% do desmatamento medido nesses estados em 2013.

Mencionou que 68% das áreas que estão sendo desmatadas na Amazônia Legal estão sob a responsabilidade dos estados e que 32% são áreas sob responsabilidade do governo federal. Com relação aos 52 municípios prioritários para ações de combate ao desmatamento, aí incluídos os municípios com desmatamento monitorado, manifestou preocupação com o fato de que a maioria apresentou aumento do desmatamento.

Apresentou, ainda, informações sobre os 10 municípios em que ocorreram as maiores taxas de desmatamento em 2013, indicando em que terras se deu o desmatamento em cada um desses municípios, a saber: glebas federais, assentamentos, unidades de conservação, áreas privadas cadastradas (CAR) e

outras categorias. Ao analisar esses dados demonstrou a grande variação dessa distribuição por municípios, tendo destacado o caso do município de Altamira, em que a maior parte do desmatamento ocorreu em glebas federais ainda não destinadas.

Em seguida apresentou informações sobre as 10 áreas protegidas, as 10 glebas públicas, as 10 áreas com CAR, as 10 áreas livres e os 10 assentamentos com mais desmatamento em 2013. Com relação aos assentamentos, mencionou que entre os 10 que mais desmataram a maioria são assentamento antigos, como o Rio Juma, que foi criado em 1982.

Apresentou, também, resultados do mapeamento do uso e cobertura da terra na Amazônia Legal para todas as áreas desflorestadas mapeadas pelo PRODES até o ano de 2010, objeto do projeto TerraClass, iniciativa conjunta do INPE com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA). Destacou que 18,2% da Amazônia Legal foram desflorestados até 2010, sendo que 21% dessas áreas estão com algum grau de regeneração (vegetação secundária).

Informou que no período de 2008 a 2010 cerca de 16.000 km<sup>2</sup> deixaram de ser pastagens e se tornaram vegetação secundária na Amazônia Legal. Nesse mesmo período, outros 7.000 km<sup>2</sup> de pastagens foram convertidos para a agricultura anual. Considerou que essas são informações ricas para a reflexão não só sobre a dinâmica do desmatamento como também sobre a dinâmica da ocupação das terras desmatadas e o uso que lhes é dado.

Apresentou em seguida informações sobre a distribuição do desmatamento pelo tamanho dos polígonos. Manifestou preocupação com o crescimento do desmatamento em polígonos iguais ou maiores a 500 hectares, tendo mencionado que esse crescimento se evidenciou especialmente no estado do Pará.

Por fim, informou estar ocorrendo uma intensificação da atividade do garimpo no Pará no entorno da rodovia BR-163, tendo sido identificadas mais de três mil feições de garimpo nessa região, sendo que esta atividade vem contribuindo para o crescimento do desmatamento.

Em seguida passou a analisar informações recentes sobre a dinâmica do desmatamento, tendo lembrado que as informações relativas a taxas de desmatamento anuais medidas pelo INPE (PRODES) referem-se sempre a períodos anuais de 01 de agosto a 31 de julho do ano seguinte.

Para essa análise inicialmente referiu-se a dados obtidos junto ao Sistema DETER (Sistema de Detecção de Desmatamento em Tempo Real), que é um levantamento feito mensalmente pelo INPE para suporte à fiscalização e controle de desmatamento. Informou que no período de 01.08.2013 a 31.01.2014 há o indicativo de uma queda de 19% na taxa de desmatamento, ressaltando, todavia, que essa é uma informação menos precisa do que a apurada pela metodologia PRODES.

Finalizou comentando a dinâmica do desmatamento observada nos estados da Amazônia Legal conforme dados do DETER para o período de agosto de 2013 a janeiro de 2014, bem como recomendou cautela na análise dos dados preditivos de outros sistemas de detecção do desmatamento. Salientou que esses dados têm se

revelado flagrantemente discrepantes quando comparados com as taxas definitivas que são calculadas anualmente pelo Sistema PRODES do INPE, que é um sistema cuja confiabilidade é reconhecida internacionalmente.

Em seguida diversos membros do COFA pediram a palavra para tecer comentários. Foi recomendado que o Fundo Amazônia passe a priorizar o apoio a projetos em assentamentos e projetos de regularização fundiária, já que foi identificado que houve forte incidência do desmatamento tanto em assentamentos quanto em glebas públicas não destinadas. Com relação à ocorrência de desmatamento em assentamentos ponderou-se, ainda, que essas áreas são provavelmente as que têm melhor aproveitamento do ponto de vista da produção agrícola e da geração de ocupação econômica para a população rural.

## **8. Encerramento**

Guilherme Lacerda (BNDES) tomou a palavra, agradeceu a todos pela presença e encerrou a reunião.

## **9. Membros do COFA presentes à reunião: (titulares, suplentes ou representantes substitutos)**

Ministério do Meio Ambiente

Izabella Mônica Vieira Teixeira (titular)

Carlos Augusto Klink (suplente)

Ministério das Relações Exteriores

Felipe Rodrigues Gomes Ferreira (substituto indicado)

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Erikson Camargo Chandoha (suplente)

Ministério do Desenvolvimento Agrário

João Luiz Guadagnin (titular)

Ministério da Ciência e Tecnologia e Inovação

Andréa Ferreira Nunes Portela (suplente)

Casa Civil da Presidência da República

Leiza Martins Mackay Dubugras (titular)

Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República

Natalie Unterstell (suplente)

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES

Guilherme Narciso de Lacerda (titular)

Gabriel Rangel Visconti (suplente)

Estado do Acre

Carlos Edegard de Deus (titular)

Estado do Amapá

Grayton Tavares Toledo (titular)

Estado do Amazonas  
Valdenor Pontes Cardoso (substituto indicado)

Estado do Mato Grosso  
Heitor Davi Medeiros (suplente)

Estado do Pará  
Justiniano Queiroz Netto (suplente)

Estado de Rondônia  
Nanci Maria Rodrigues da Silva (titular)

Estado do Tocantins  
Alexandre Tadeu de Moraes Rodrigues (titular)

Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento - FBOMS  
Adriana Ramos (substituto indicado)

Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira – COIAB  
Lúcio Paiva Flores (titular)

Confederação Nacional da Indústria – CNI  
Mario Augusto de Campos Cardoso (substituto indicado)

Fórum Nacional das Atividades de Base Florestal – FNABF  
Ramiro Azambuja da Silva (titular)

Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG  
Alessandra da Costa Lunas (suplente)

Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC  
Ennio Candotti (suplente)

## 10. Representantes que não compareceram

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Estado do Maranhão

Estado de Roraima (não tem representantes indicados)

## 11. Especialistas, convidados e observadores

Externos	
Representação	Nome
MMA	Francisco Oliveira

MMA	Luiz Antonio Carvalho
FUNAI	Jaime Siqueira
Embaixada da Noruega	Elisabeth Forseth
GIZ	Helmut Eger
GIZ	Janina Budi
GIZ	Eugênio Pantoja
<b>BNDES</b>	
<b>Área</b>	<b>Nome</b>
AMA/DEFAM	Juliana Santiago
AMA/JUAMA	Daniela Baccas
AMA/JUAMA	Mariana Guimarães Lima
AMA/SUP	Isabela Chan
DIR5	Nabil Kadri
AF/DEPCO	Carlos Frederico Rangel Silva
AF/DEPLO	Leandro da Costa Silveira
AF/DEPCO	Anderson Borges Araujo
AF/DEPCO	Monica Lourdes Marinho
AF/DEREI	Luiz Cesar Muzzi
AP/DEPRI	João Paulo Braga

<b>BNDES</b>	
<b>Área</b>	<b>Nome</b>
AMA/DEFAM	Daniel Rossi Soeiro
AMA/DEFAM	Guilherme Accioly
AMA/DEFAM	Bernardo Braune
AMA/DEFAM	Ana Paula Donato
AMA/DEFAM	Pedro Ivo B. Guedes
AMA/DEFAM	Gabriel Areal
AMA/DEFAM	Rodrigo Brito
AMA/DEFAM	Claudia Nessi Zonenschain
AMA/DEFAM	Eduardo Bizzo

AMA/DEFAM	Gil Borba
AMA/DEFAM	Fabio Maciel Plotkowski
AMA/DEFAM	Cleber Zambarda
AMA/DEFAM	Daniel Sato
AMA/DEFAM	Marcelo Martins